

SUMÁRIO

NOTA À 6. ^a EDIÇÃO	9
NOTA À 5. ^a EDIÇÃO	11
NOTA À 4. ^a EDIÇÃO	13
NOTA INTRODUTÓRIA	21
1. SENTENÇA	25
1.1 Conceito de sentença	25
1.1.1 Sentença e extinção do processo (ou do procedimento) .	25
1.1.2 A sentença deve ser definida a partir de seu conteúdo ...	32
1.1.3 Distinção entre sentenças, decisões interlocutórias e despachos – Comprometimento do princípio da correspondência entre decisões e recursos cabíveis	34
1.2 Sentenças processuais típicas	44
1.2.1 Noções gerais	44
1.2.2 Pressupostos processuais	46
1.2.3 Condições da ação	55
1.2.3.1 Possibilidade jurídica do pedido	55
1.2.3.2 Legitimidade	57
1.2.3.3 Interesse	60
1.2.3.4 Conclusão (condições de procedibilidade e notas conclusivas)	62
1.3 Sentenças processuais típicas e o art. 267 do CPC	64
1.4 Sentenças processuais atípicas e o art. 267 do CPC	71
1.4.1 Perempção da instância	71
1.4.2 Abandono da causa por mais de trinta dias	72
1.4.3 Perempção	73
1.4.4 Convenção arbitral (compromisso arbitral e cláusula compromissória)	77

1.4.5	Desistência da ação	83
1.4.6	Ação intransmissível	84
1.4.7	Confusão entre autor e réu	86
1.5	Sentenças de mérito	87
1.5.1	Natureza	88
1.5.2	Classificação (sentenças declaratórias, condenatórias, constitutivas, executivas <i>lato sensu</i> e mandamentais)	91
1.5.3	Elementos (relatório, fundamentação e decisório)	103
1.5.4	O art. 269, II, III e V – Reconhecimento jurídico do pedido, transação e renúncia ao direito	108
1.5.5	Prescrição e decadência	113
1.5.6	Indeferimento da petição inicial e julgamento de “processos repetitivos”	118
1.6	Outras sentenças	121
1.6.1	Sentença que extingue a execução (art. 795), que julga a liquidação (art. 475-H) ou a impugnação à execução (art. 475-M, § 3.º)	121
1.6.2	Sentença arbitral	132
1.6.3	Acordos extrajudiciais homologados	133
2.	NULIDADES PROCESSUAIS	135
2.1	Validade e eficácia – Breve esclarecimento terminológico	135
2.2	Noções propedêuticas sobre nulidades processuais – Principais diferenças em relação ao sistema de nulidades do direito privado	141
2.3	Princípios gerais inspiradores do sistema de nulidades no processo	158
2.4	O sistema de nulidades como forma de controle	178
2.5	Espécies de vícios do processo	185
2.6	Atos inexistentes no processo – Meios de impugnação – O problema da “rescindibilidade”	192
2.7	O direito positivo brasileiro	199
2.8	Distinção entre nulidades absolutas e relativas (anulabilidades) – Inocorrência de preclusão relativamente às nulidades absolutas	217
2.9	Função dos princípios, no plano pragmático	225
2.10	Regime jurídico das nulidades absolutas e relativas, no âmbito recursal	245

2.10.1	Âmbito de devolutividade da apelação – Efeito translativo	245
2.10.2	Possibilidade de saneamento das nulidades, em sede de apelação (art. 515, § 4.º)	255
2.10.3	As nulidades absolutas e os recursos de efeito devolutivo restrito	259
2.10.3.1	Considerações gerais	259
2.10.3.2	Embargos infringentes	261
2.10.3.3	Embargos de declaração	266
2.10.3.4	Recursos especial e extraordinário	273
3.	SENTENÇAS INEXISTENTES E NULAS – TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO	283
3.1	Noções gerais	284
3.2	Vícios intrínsecos (da sentença em si mesma)	296
3.2.1	Categorias de vícios que podem macular a sentença	296
3.2.2	Extensão do decisório – Sentenças <i>extra e ultra petita</i>	298
3.2.3	Ausência (ou defeito) de relatório, de fundamentação, de decisório	310
3.2.4	Cabimento de impugnação à execução (arts. 475-L e 475-M do CPC) e de exceção de pré-executividade	338
3.3	Vícios extrínsecos (do processo em que a sentença foi proferida) ..	347
3.3.1	A falta de pressupostos genéricos de admissibilidade do julgamento de mérito	347
3.3.2	Ausência de citação	354
3.3.3	Citação de pessoa falecida (ou extinta)	361
3.3.4	Ausência de citação de litisconsorte necessário	362
3.3.5	Citação e teoria da aparência	364
3.3.6	Defeitos do mandado de citação – A ausência da advertência do art. 285 do CPC	367
3.3.7	Ausência de citação, impugnação (art. 475-L, I) e embargos à execução contra a Fazenda Pública (art. 741, I)	368
3.4	Sentenças rescindíveis	370
3.4.1	Considerações gerais	370
3.4.2	Prevaricação, concussão e corrupção do juiz	373

3.4.3	Impedimento do juiz	374
3.4.4	Incompetência do juízo	375
3.4.5	Dolo da parte vencedora ou colusão entre as partes	375
3.4.6	Ofensa à coisa julgada	377
3.4.7	Violação a literal disposição de lei	382
3.4.7.1	Considerações gerais	382
3.4.7.2	Ação rescisória e ação declaratória de inconstitucionalidade	384
3.4.7.3	Ação rescisória e ação declaratória de constitucionalidade	403
3.4.7.4	Sentença contrária à Constituição e impugnação à execução (art. 475-L, § 1.º, do CPC) – Função rescindente da impugnação à execução? ...	405
3.4.7.5	A Súmula 343 do STF	410
3.4.7.6	Rescisória e violação a princípio jurídico	426
3.4.8	Falsidade de prova	436
3.4.9	Documento novo	437
3.4.10	Invalidade da confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença	439
3.4.11	Erro de fato	441
3.5	Sentenças nulas, ação rescisória, tutela antecipatória e mandado de segurança	442
3.5.1	Termo inicial do prazo para ação rescisória	442
3.5.2	Mandado de segurança contra coisa julgada	452
3.5.3	Tutela antecipada em ação rescisória	457
3.6	Sentenças inexistentes (vícios intrínsecos e processos inexistentes) ..	460
3.6.1	Considerações gerais	460
3.6.2	Sentenças e processos inexistentes	462
3.6.3	Ação declaratória de inexistência	472
3.6.4	Fungibilidade entre ação declaratória de inexistência e ação rescisória	492
	NOTAS DE CUNHO CONCLUSIVO	499
	BIBLIOGRAFIA	511

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO E DAS SÚMULAS CITADAS	533
ÍNDICE ONOMÁSTICO	545
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	557
LIVROS DA COLEÇÃO	573